

**CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR**

**DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET**

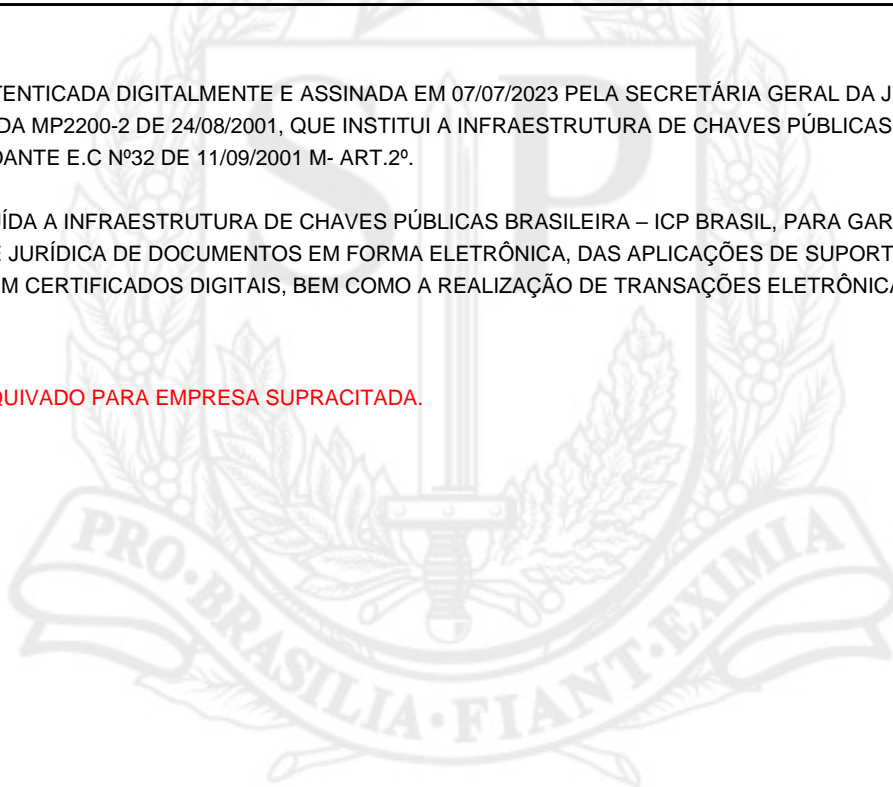
DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL RAMALHOS BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS LTDA		TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA	
NIRE 35226076945	CNPJ 15.130.606/0001-19	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 223.312/23-0	DATA DO ARQUIVAMENTO 30/05/2023

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 07/07/2023	HORA DE EXPEDIÇÃO 13:59:46	CÓDIGO DE CONTROLE 212383724
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO <a href="http://WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR">WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR</a>		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 07/07/2023 PELA SECRETÁRIA GERAL DA JUCESP – MARIA CRISTINA FREI, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO PARA EMPRESA SUPRACITADA.





JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

ETIQUETA PROTOCOLO



JUCESP PROTOCOLO  
0.893.404/23-8



## CAPA DO REQUERIMENTO

CONTROLE INTERNET  
032299579-5



## DADOS CADASTRAIS

ATO Alteração de Endereço de Filial;				JUCE GL	
NOME EMPRESARIAL RAMALHOS BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS LTDA			PORTE Normal		
LOGRADOURO Rua Carlos Gomes		NÚMERO 261	COMPLEMENTO	CEP 13478-118	★ 2 4
MUNICÍPIO Americana	UF SP	TELEFONE (12)39518880	EMAIL atendimento@santoleri.com.br		
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 0	CNPJ - SEDE 15.130.606/0003-80	NIRE - SEDE 3522607694-5	★ PRI		
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA NOME: MARCIO JOSÉ CARDOSO DUARTE (Sócio) ASSINATURA: <i>Marcio Jose Cardoso Duarte</i> DATA: 12/04/2023			VALORES RECOLHIDOS DARE: R\$ 243,93 DARF: R\$ ,00		SEQ. DOC. 2 / 2

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

## PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)


CARIMBO PROTOCOLO JUCESP - SEJE GUICHÊ 16 ★ 2 4 MAI 2023 ★ PROTOCOLO	CARIMBO DISTRIBUIÇÃO 1008(200705)	CARIMBO ANÁLISE JUCESP DEFERIDO 2 9 MAI 2023 João Paulo Lopes Florin Assessor Técnico do Registro Público RG 28.341.452-5
ANEXOS: ( ) DBE ( ) Procuração ( ) Alvará Judicial ( ) Formal de Partilha ( ) Balanço Patrimonial ( ) Outros ( ) Documentos Pessoais ( ) Laudo de Avaliação ( ) Jornal ( ) Protocolo / Justificação ( ) Certidão		EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE ETIQUETA DE REGISTRO E CARIMBO JUCESP 12 3 0 MAI 2023 SEDE SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP MÁRIA CRISTINA FREI SECRETÁRIA GERAL 223.312/23-0
OBSERVAÇÕES:		JUCESP

9230UC  
02 30 05

SEGUNDO TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE  
Rua Vieira Bueno, 374 - CEP 13465-270 - Americana - SP - Fone/Fax: (19) :  
RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE MARCIO JOSE  
CARDOSO DUARTE. \*\*\*\*\*  
DOU FE. \*\*\*\*\*  
POR ATO R\$ 8,11. EM TEST. \*\*\*\*\*  
THAINA CRISTINA FERREIRA RODRIGUES  
26/04/2023 08:38  
SI: AA-624012

2º  
Thaina Cristina  
Freire Rodrigues  
Proteção Autorizada  
Rua Vieira Bueno, 374  
Americana, SP

1  
SI: 0023AA0624012



SETOR DE REGISTRO  
(ATIVIDADES)

☒ TRIAR *Lu*  
☐ DEFERIR DBE  
☐ ETIQUETAR  
☐ PERFURAR  
☐ SEPARAR VIA

**ALTERAÇÃO/CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA**  
**RAMALHOS BRASIL COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA**

CNPJ Nº 15.130.606/0001-19

NIRE Nº 35.226.076.945

SP - SEJE

ICHÉ 16

MAI 2023



TOCOLO

**MÁRCIO JOSÉ CARDOSO DUARTE**, português, casado no regime da comunhão de adquiridos, empresário, portador da Cédula de Identidade RNE nº V837029-Q DPF/PCA/SP, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF (MF) sob nº 235.111.898-70, residente e domiciliado na Avenida Brasil, nº 1415, Apto. 71, Torre 01, Bairro Jardim São Paulo, CEP 13468-000, nesta cidade e Comarca de Americana, Estado de São Paulo.

**ELSON ANDRE SANTOS DAS NEVES**, brasileiro, solteiro, maior, nascido aos 02/09/1986, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 62.945.128-X SSP-SP, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob nº 234.726.198-30, residente e domiciliado na Rua Guatemala, nº 375, Apto. 127, Bairro Vila Santo Antônio, CEP 13465-761, nesta cidade e comarca de Americana, Estado de São Paulo.

**ÁLVARO MANUEL FERREIRA DA SILVA**, português, casado sob o regime da comunhão de adquiridos, nascido em 08/02/1957, empresário, portador da Cédula de Identidade RNE nº G122289-F CGPI/DIREX/DPF, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF (MF) sob nº 234.843.648-58, residente e domiciliado na Rua Doutor Manuel Alegre, nº 16/18, CEP 3750-139, Águeda, Portugal, aqui representado pelo **MÁRCIO JOSÉ CARDOSO DUARTE**, acima qualificado.

**JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA DE ALMEIDA**, português, casado sob o regime de comunhão de adquiridos, nascido em 27/10/1967, empresário, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF (MF) sob nº 235.237.178-33, residente e domiciliado na Rua Cabo da Sebe, nº 2, bairro Murisco do Vouga, CEP 3750-744, Águeda, Portugal, aqui representado pelo **MÁRCIO JOSÉ CARDOSO DUARTE**, acima qualificado.

**LUÍS CARLOS DA SILVA MOTA**, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 19/03/1987, empresário, portador da Cédula de Identidade RG 10.295.331 SSP/PE, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF (MF) sob nº 235.241.588-89, residente e domiciliado na Rua Le Pare, nº 100, bairro Jardim 2001 SUD, Imbiribeira, CEP 51160-935, nesta cidade e Comarca de Recife, Estado de Pernambuco, aqui representado pelo **MÁRCIO JOSÉ CARDOSO DUARTE**, acima qualificado.

**DANIELA QUINTANEIRO ROSA**, portuguesa, solteira, maior, nascida em 27/05/1995, empresária, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF (MF) sob nº 710.464.301-06, portadora do passaporte nº YB415216 expedido em 10/12/2013, residente e domiciliada na Avenida 5 de outubro, nº 29, Bloco B 5ªA, Freguesia de Glória e Vera Cruz, Conselho de Aveiro em Portugal, aqui representada pelo **MÁRCIO JOSÉ CARDOSO DUARTE**, acima qualificado.





**RAMALHOS S.A.**, uma sociedade comercial devidamente constituída sob as leis de Portugal, sob o nº de registo 500226512, com Sede social no Lugar de Covão, Freguesia de Valongo do Vouga, 3750-885, Conselho de Agueda - Portugal, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ (MF) nº 15.122.785/0001-42, aqui representada pelo **MARCIO JOSE CARDOSO DUARTE**, acima qualificado.

**ÚNICOS SÓCIOS** componentes da "**RAMALHOS BRASIL COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA**", sociedade empresaria limitada, com sede nesta cidade e Comarca de Americana, Estado de São Paulo, na Rua Itororó, nº 487, Térreo, 1º e 2º Andar, Salas 02, 03, 04, 05 e 06, Bairro Vila Santa Catarina, CEP 13466-240, nesta cidade e Comarca de Americana, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ (MF) nº 15.130.606/0001-19, com seu ato constitutivo devidamente arquivado e registrado na MM. Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob NIRE nº 35.226.076.945 em sessão de 20 de janeiro de 2012 e posteriores alterações contratuais igualmente arquivadas e registradas nessa mesma repartição, sendo a última sob nº 33.910/23-6, em sessão de 03 de fevereiro de 2023.



Por este instrumento decidem na melhor forma de direito, **ALTERAR** parcialmente e **CONSOLIDAR** o Contrato Social, conforme se segue.

- I. Alterar o endereço da **Filial 02**, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35906466015 e inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº 15.130.606/0003-80, o qual era nesta cidade e comarca de Americana, Estado de São Paulo, na Rua Carlos Gomes, nº 261, Bairro Jardim Santana, CEP 13478-118, para esta mesma cidade de Americana, Estado de São Paulo, na Avenida Bandeirantes nº 2.305, salão 03, lote 01ª, Jardim da Colina, CEP 13478-294, mantendo como objeto social: "Depósito Fechado".

**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA**  
**RAMALHOS BRASIL COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA**

CNPJ Nº 15.130.606/0001-19

NIRE Nº 35.226.076.945

**MÁRCIO JOSÉ CARDOSO DUARTE**, português, casado no regime da comunhão de adquiridos, empresário, portador da Cédula de Identidade RNE nº V837029-Q DPF/PCA/SP, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF (MF) sob nº 235.111.898-70, residente e domiciliado na Avenida Brasil, nº 1415, Apto. 71, Torre 01, Bairro Jardim São Paulo, CEP 13468-000, nesta cidade e Comarca de Americana, Estado de São Paulo.

**ELSON ANDRE SANTOS DAS NEVES**, brasileiro, solteiro, maior, nascido aos 02/09/1986, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 62.945.128-X SSP-SP, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob nº 234.726.198-30, residente e domiciliado na Rua Guatemala, nº 375, Apto. 127, Bairro Vila Santo Antônio, CEP 13465-761, nesta cidade e comarca de Americana, Estado de São Paulo.



**ÁLVARO MANUEL FERREIRA DA SILVA**, português, casado sob o regime da comunhão de adquiridos, nascido em 08/02/1957, empresário, portador da Cédula de Identidade RNE nº G122289-F CGPI/DIREX/DPF, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF (MF) sob nº 234.843.648-58, residente e domiciliado na Rua Doutor Manuel Alegre, nº 16/18, CEP 3750-139, Águeda, Portugal, aqui representado pelo **MARCIO JOSE CARDOSO DUARTE**, acima qualificado.

**JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA DE ALMEIDA**, português, casado sob o regime d comunhão de adquiridos, nascido em 27/10/1967, empresário, inscrito no Cadastro d Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF (MF) sob nº 235.237.178-33, residente e domiciliado na Rua Cabo da Sebe, n 2, bairro Murisco do Vouga, CEP 3750-744, Águeda, Portugal, aqui representado pelo **MARCIO JOSE CARDOSO DUARTE**, acima qualificado.

235.237.178-33  
CPF (MF)

**LUÍS CARLOS DA SILVA MOTA**, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 19/03/1987, empresário, portador da Cédula de Identidade RG 10.295.331 SSP/PE, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF (MF) sob nº 235.241.588-89, residente e domiciliado na Rua Le Pare, nº 100, bairro Jardim 2001 SUD, Imbiribeira, CEP 51160-935, nesta cidade e Comarca de Recife, Estado de Pernambuco, aqui representado pelo **MARCIO JOSE CARDOSO DUARTE**, acima qualificado.

**DANIELA QUINTANEIRO ROSA**, portuguesa, solteira, maior, nascida em 27/05/1995, empresária, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF (MF) sob nº 710.464.301-06, portadora do passaporte nº YB415216 expedido em 10/12/2013, residente e domiciliada na Avenida 5 de outubro, nº 29, Bloco B 5ªA, Freguesia de Glória e Vera Cruz, Conselho de Aveiro em Portugal, aqui representada pelo **MÁRCIO JOSÉ CARDOSO DUARTE**, acima qualificado.

**RAMALHOS S.A.**, uma sociedade comercial devidamente constituída sob as leis de Portugal, sob o nº de registro 500226512, com SfaJde social no Lugar de Covão, Freguesia de Valongo do Vouga, 3750-835, Conselho de Agueda - Portugal, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica d9 Ministério ,Ja Fazenda - CNPJ (MF) nº 15.122.785/0001-42, aqui representada pelo **MARCIO JOSE CARDOSO DUARTE**, acima qualificado;

**ÚNICOS SÓCIOS** componentes da "**RAMALHOS BRASIL COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA**", sociedade empresaria limitada, com sede nesta cidade e Comarca de Americana, Estado de São Paulo, na Rua Itororó, nº 487, Térreo, 1º e 2º Andar, Salas 02, 03, 04, 05 e 06, Bairro Vila Santa Catarina, CEP 13466-240, nesta cidade e Comarca de Americana, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ (MF) nº 15.130.606/0001-19, com seu ato constitutivo devidamente arquivado e registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob NIRE nº 35.226.076.945 em sessão de 20 de janeiro de 2012 e posteriores alterações contratuais igualmente arquivadas e registradas nessa mesma repartição, sendo a última sob nº 33.910/23-6, em sessão de 03 de fevereiro de 2023.

Por este instrumento decide na melhor forma de direito, **CONSOLIDAR** o Contrato Social mediante as cláusulas e condições a seguir articuladas.



## CAPÍTULO I

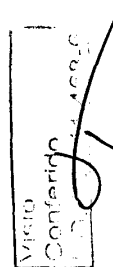
Denominação, sede, foro, prazo de duração e objeto social.

### Cláusula 1ª

A sociedade gira sob a denominação social de "**RAMALHOS BRASIL COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA**", e explora atividade econômica empresarial organizada, sendo, portanto, uma sociedade empresária limitada, regida por este Contrato Social e pela Lei nº 10.406/2002, e regida supletivamente pela Lei nº 6.404/1976.

### Cláusula 2ª

A empresa tem a sede da matriz na **Rua Itororó, nº 487, térreo, 1º e 2º Andar, Salas 02, 03, 04, 05 e 06, Bairro Vila Santa Catarina, CEP 13466-240, nesta cidade e Comarca de Americana, Estado de São Paulo, e ainda:**



a) **Filial nº 01**, na cidade e comarca de Cariacica, Estado do Espírito Santo, a Rodovia Governador Mário Covas, nº 10.600, Galpão 32, Lote Tabajara, Bairro Serra do Anil, CEP 29147-030, registrada na MM. Junta Comercial do Estado Espírito Santo sob NIRE nº 32900513728 em sessão de 13 de outubro de 2016, e inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ (MF) nº 15.130.606/0002-08.

b) **Filial nº 02**, nesta cidade e comarca de Americana, Estado de São Paulo, na Avenida Bandeirantes nº 2.305, salão 03, lote 01ª, Jardim da Colina, CEP 13478-294, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35906466015 e inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº 15.130.606/0003-80.

c) **Filial 03**, na cidade e comarca de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na Rua Gil Stein Ferreira nº 258, 1º Piso, sala 206, Centro, CEP 88.301-210.

§1º Podendo abrir e encerrar filiais, agências e escritórios, em qualquer parte do território nacional, por deliberação do sócio.

§2º Fica eleito o foro da cidade de Americana, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas oriunda do presente contrato social.

### Cláusula 3ª

A sociedade, que iniciou suas atividades em 20 de dezembro de 2011, tem prazo de duração INDETERMINADO

### Cláusula 4ª

A sociedade tem por objeto:

A) **Matriz:** "Comércio atacadista de máquinas, equipamentos, partes e peças para uso comercial (CNAE 4665-6/00); Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo (CNAE 3314-7/19); Serviços de instalação, manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para as indústrias alimentar, de bebida e fumo, executadas por unidades especializadas (CNAE 3321-0/00); Aluguel de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios, sem operador (CNAE 7739-0/99; Importação, Exportação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios e ainda a participação como acionista ou quotista em outras sociedades (CNAE 6462-0/00), Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial (CNAE 8599-6/04), Cursos online de panificação (CNAE 8599-6/99) e Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios (CNAE 4781-4/00)".

B) **Filial 01:** "Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes de peças (CNAE 4665-6/00), fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios (CNAE 2862-3/00), Holdings de instituições não financeiras (CNAE 6462-2/00), manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo (CNAE 3314-7/19) e Instalação de máquinas e equipamentos industriais (CNAE 3321-0-00)".

C) **Filial 02:** "Depósito fechado".

D) **Filial 03:** "Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes de peças (CNAE 4665-6/00), , manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo (CNAE 3314-7/19) e Instalação de máquinas e equipamentos industriais (CNAE 3321-2/00), Holdings de instituições não financeiras (CNAE 6462-2/00), aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais (CNAE 7739-0/99)".



## CAPÍTULO II

### Capital social e quotas

#### Cláusula 5ª

O capital social que é de R\$ 1.207.715,00 (um milhão, duzentos e sete mil, setecentos e quinze reais), inteiramente subscritos, integralizados em moeda corrente do país, e divididos em quotas de Capital, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, ou seja, 1.207.715 (um milhão, duzentas e sete mil, setecentas e quinze) quotas de capital, ficando distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

Alvaro Manuel Ferreira da Silva	422.472	34,98%	422.472,00
Daniela Quintaneiro Rosa	150.964	12,50%	150.964,00
José Antônio Ferreira de Almeida	120.770	10,00%	120.770,00
Márcio José Cardoso Duarte	155.484	12,88%	155.484,00
Luis Carlos da Silva Mota	155.483	12,87%	155.483,00
Elson André Santos das Neves	155.483	12,87%	155.483,00
Ramalhos S.A.	47.059	3,90%	47.059,00
<b>Total</b>	<b>1.207.715</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.207.715,00</b>

#### § Único

A responsabilidade dos sócios é solidária e limitada à importância total do capital social integralizado, nos termos do art. 1.052, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, mas todos respondendo pela integralização do capital social.

#### Cláusula 6ª

As quotas são indivisíveis em relação à sociedade e não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, exceto mediante autorização de sócios que representem a maioria absoluta do capital social. A cessão das quotas obedecerá ao procedimento estabelecido na Cláusula Sétima.



**§ Único**

Em caso de condomínio, inclusive o decorrente do regime de bens do casamento, os direitos oriundos da titularidade das cotas sociais somente poderão ser exercidos pelo sócio que as detenhã. Não se admitindo qualquer espécie de intervenção do terceiro condômino estranho ao quadro societário.

**CAPÍTULO III****Cessão de quotas e do direito de preferência****Cláusula 7ª**

As quotas somente poderão ser cedidas a terceiros após terem sido oferecidas preferencialmente aos sócios, com prazo mínimo de quinze dias, para que possam exercer ou não, o direito de preferência. Decorrido esse prazo e observada a igualdade de condições, podem ser oferecidas a terceiros, estranhos à sociedade.

**§ Único**

A notificação deverá conter a quantidade de quotas e o preço por elas exigido.

**Cláusula 8ª**

Na hipótese de todos os sócios manifestarem o direito de preferência, a cessão das quotas se fará na proporção das quotas que possuírem. Se apenas parte dos sócios exercerem esse direito, os demais poderão, no prazo adicional de dez dias, adquirir, mediante rateio, as quotas disponíveis.

**Cláusula 9ª**

A sociedade somente poderá exercer o direito de preferência à aquisição total ou parcial das quotas, se os sócios não o exercerem, no prazo de 24 horas preferencialmente aos terceiros, estranhos à sociedade, observando que esta aquisição se faça sem prejuízo do capital social ou das reservas de capital. Devendo utilizar os recursos das reservas de lucros. Estas quotas permanecerão em tesouraria pelo prazo máximo de 180 dias, se não forem alienadas nesse prazo, a sociedade deverá promover a redução do capital social no montante equivalente ao valor nominal das quotas, revertendo o seu valor para a conta de lucro que originalmente disponibilizou os recursos para as quotas em tesouraria.

**Cláusula 10ª**

Decorrido o prazo de preferência, e assumida pelos sócios, pela sociedade ou por terceiros, a totalidade do aumento, haverá reunião dos sócios para sociedade ou por terceiros, a totalidade do aumento, haverá reunião dos sócios para que seja aprovada a modificação do contrato, nos termos da Lei 10.406, de 2002.

**Cláusula 11ª**

Não exercido o direito de preferência pelos sócios ou pela sociedade, o cedente estará automaticamente autorizado a efetivar a cessão a terceiro, pelo preço mínimo indicado automaticamente, conforme exigência do parágrafo único da Cláusula Sétima.

**Cláusula 12ª**

Na hipótese de não efetivada a cessão no preço ofertado e persistir o sócio na intenção de alienar suas quotas, o procedimento referente ao exercício do direito de preferência, deverá ser repetido, observado o novo preço mínimo.

JUCESP  
CAPÍTULO IV  
Administração

A sociedade será administrada por sócio, os quais elegem, por unanimidade, nos termos do artigo 1.061, da Lei 10.406, de 2002, por este mesmo instrumento, o Sr. **Márcio José Cardoso Duarte**, acima qualificado, como administrador da sociedade. O administrador é considerado investido em suas funções na data da assinatura deste instrumento.

§ 1º O administrador é dispensado de caução e poderá ser destituído da função, sem direito a qualquer indenização, por deliberação de no mínimo 2/3 dos titulares do capital social, conforme o comando legal do art. 1.061 da Lei 10.406/2002.

§ 2º Sua destituição se opera pela aprovação em reunião de titulares de no mínimo 2/3 do capital social, que deve ser averbada no registro competente no prazo máximo de 10 dias. A renúncia do administrador se torna eficaz em relação à sociedade no momento de sua comunicação escrita e em relação a terceiros após a averbação na Junta Comercial.

§ 3º O uso da denominação social é privativo dos administradores nomeados, os quais respondem solidária e ilimitadamente por culpa ou dolo, pelos atos praticados contra este estatuto ou determinações da Lei.

§ 4º Na mesma assembleia de quotistas que destituir o administrador, outros serão eleitos e empossados.

§ 5º O administrador declara não estar impedido por Lei, e que não praticou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, Sistema Financeiro Nacional, as Normas de defesa de concorrência, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

#### Cláusula 14ª

O administrador tem o dever de diligência e lealdade, nos termos estabelecidos no art. 1.011, da Lei nº 10.406, de 2002, bem como ficam obrigados a prestar contas e informações aos demais sócios, da sua administração, apresentando-lhes balancetes mensais, inventário anual, relatório da administração, demonstrações financeiras e respectivo Balanço Social, quando do encerramento do exercício social, ou excepcionalmente quando solicitação por escrito e com antecedência mínima de dez dias.

#### Cláusula 15ª

A sociedade remunerará o administrador, mediante o pagamento mensal de pró-labore, que será definido pelos sócios em reunião.

#### Cláusula 16ª

Ao administrador será atribuído plenos poderes, internos e externos, necessários à realização do objeto da sociedade, os quais os autorizam a representar a sociedade ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo transigir, renunciar e desistir.



§ Único A sociedade será administrada pelo administrador e sócio **MARCIO JOSE CARDOSO DUARTE**, já qualificado, isoladamente, aos quais compete a representação da sociedade nos atos, negócios e contratos, na administração ordinária, representando ativa e passivamente a sociedade, em juízo ou fora dele, perante os órgãos da administração federal, estadual, municipal, ou qualquer órgão público, podendo ainda movimentar, abrir, encerrar contas bancárias e delas sacar qualquer valor ou ainda realizar aplicações financeiras de qualquer natureza, emitir e sacar duplicatas, assinar contratos de câmbio entre outros, podendo ainda realizar quaisquer atos que envolvam a disposição do patrimônio da sociedade a qualquer título, tais como compra, venda, troca, dação em pagamento, empréstimo, hipoteca, aval, tudo que se refira a sociedade, dentro dos limites do presente contrato.

#### **Cláusula 17ª**

É vedado ao administrador, bem como a qualquer procurador ainda que devidamente constituído, obrigar a sociedade em operações estranhas ao objeto social, tais como, fiança, aval, endosso, aceite e de todo e qualquer título de favor.

Visto e  
conferido  
em 14/09/23

### **CAPÍTULO V**

#### **Reunião de quotistas e deliberações sociais**

#### **Cláusula 18ª**

A reunião de quotistas será convocada pelos administradores, com antecedência mínima de dez dias, mediante a expedição de cartas convocatórias, com local, data, a hora e ordem do dia. Os quotistas que representarem mais de 5% (cinco por cento) das cotas do capital, também poderão requerer aos administradores a convocação da assembleia, indicando, desde logo, a matéria a ser deliberada.

#### **Cláusula 19ª**

As deliberações sociais, nas quais cada quota do capital social representa um voto, será tomada em reunião de sócios, cujo quórum de instalação será a maioria absoluta do capital social. O quórum de deliberação é também o da maioria absoluta do capital social, exceto no caso de alienação do estabelecimento, cisão, fusão ou transformação, quando o quórum deliberativo será de dois terços dos votos dos quotistas.

#### **Cláusula 20ª**

As atas da administração e das reuniões de sócios quotistas; as ocorrências e deliberações societárias serão levadas a registro no órgão competente e uma vez assim realizado, ficarão arquivadas na sociedade em pasta respectiva, dispensada a criação e manutenção do Livro de Registros de Atas.

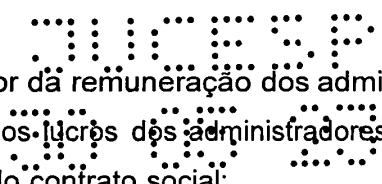
#### **Cláusula 21ª**

O sócio dissidente de qualquer decisão majoritária poderá exercer o direito de retirar-se da sociedade, manifestando sua intenção a sociedade e aos outros sócios, por escrito mediante protocolo, dentro do prazo de trinta dias, a contar da deliberação que discordou, sendo seus haveres apurados e pagos mediante balanço levantado especificamente para esse fim.

#### **Cláusula 22ª**

Dependem da deliberação dos sócios quotistas:

- a) A aprovação das contas da administração;
- b) Exclusão ou retirada de um dos sócios por pedido do sócio;
- c) A designação dos administradores em ato separado, não sócio ou administrador sócio;
- d) A destituição dos administradores;



- e) O modo e o valor da remuneração dos administradores e conselho fiscal;
- f) A participação nos lucros dos administradores e dos empregados;
- g) A modificação do contrato social;
- h) A transformação da sociedade, ou a fusão cisão ou incorporação;
- i) Resolução, dissolução e liquidação da sociedade empresarial;
- j) A nomeação ou destituição de liquidantes e o julgamento de suas contas;
- k) Pedido recuperação judicial ou falência;
- l) Expulsão de sócio por falta grave ou incapacidade superveniente;
- m) Investimento em outras empresas coligadas ou controladas;
- n) Aumento de capital com bens ou moeda corrente;
- o) Aprovação de laudo de reavaliação a valor de bens ou direitos do ativo permanente;
- p) O ingresso na sociedade dos herdeiros do sócio falecido, por requerimento do inventariante, em substituição ao pagamento dos haveres do "de cujus".

Visado em 11/06/2023

#### **Cláusula 23ª**

Os sócios, por unanimidade, deliberam por não constituir Conselho Fiscal.

### **CAPÍTULO VI**

Retirada, exclusão de sócio e resolução das quotas de um sócio em relação à sociedade.

#### **Cláusula 24ª**

Qualquer sócio pode retirar-se da sociedade, mediante notificação aos demais, a qualquer tempo por vontade própria, por dissidência em relação à alteração contratual deliberada pela maioria, pela falta de afeição social, com base no comando legal do art. 1.029 da Lei nº 10.406, de 2002, além de outras razões de foro íntimo.

#### **Cláusula 25ª**

A morte de qualquer dos sócios não dissolve a sociedade.

#### **Cláusula 26ª**

Na hipótese da cláusula anterior, os herdeiros ou sucessores, após a devida homologação da partilha poderão requerer à sociedade, suceder o sócio falecido, o que ficará a exclusivo critério dos sócios remanescentes aceitarem ou não. Havendo recusa por parte dos sócios remanescentes, estes farão levantar balanço específico para acerto de contas em relação aos herdeiros ou sucessores do sócio falecido, preferencialmente na data do óbito. Enquanto não houver nomeação de inventariante os haveres do sócio falecido poderão ser depositados em conta bancária aberta especialmente para esse fim. Aplica-se ainda em relação à morte de qualquer sócio o comando legal dos arts. 1.027, 1.028 e 1.032, da Lei nº 10.406, de 2002.

#### **Cláusula 27ª**

Será excluído da sociedade, de pleno direito, o sócio que for declarado falido, ou por incapacidade superveniente à assinatura do presente instrumento, observado o comando legal do art. 1.030, da Lei nº 10.406, de 2002.

JUCESP

CAPÍTULO VII

Pagamento de haveres por resolução de quotas

#### Cláusula 28ª

Será excluído da sociedade, por atos de inegável gravidade ou justa causa, observado o comando legal dos arts. 1.030 e 1.085, da Lei nº 10.406, de 2002, o sócio que praticar habitualmente ou não (falta grave):

- a) calúnia;
- b) concorrência desleal;
- c) abuso de poder em relação ao cumprimento deste instrumento e da Lei que o rege;
- d) inadimplência de qualquer sócio em relação à integralização de quotas subscritas, observando o comando legal do art. 1.004, da Lei nº 10.406, de 2002.

Visado  
Contendo  
Data: 22/03/2023  
Ass: [assinatura]

#### Cláusula 29ª

Os haveres dos sócios retirantes ou excluídos serão pagos mediante a elaboração de balanço levantado especificamente para esse fim, na data da resolução, observado o comando legal dos arts. 1.031 e 1.085, da Lei 10.406, de 2002.

#### Cláusula 30ª

A quota liquidada será paga em dinheiro, no prazo máximo de 90 dias, se for até montante de 5% do capital social ou em até 12 meses, se superior, em prestações mensais iguais e sucessivas, atualizadas por índice de correção monetária nacional acrescida de juros remuneratórios de 0,5% ao mês, calculados de forma simples, procedendo-se a redução do capital social, e respectivas reservas.

#### Cláusula 31ª

A sociedade, por deliberação da maioria dos sócios poderá adquirir as quotas e mantê-las em tesouraria pelo prazo máximo de cento e oitenta dias, prazo em que deverá recompor a pluralidade social, sob pena de diminuição do capital social ou dissolução da sociedade se existir somente um sócio remanescente. Esta opção é condicionada a existência de disponibilidades suficientes para satisfazer o direito do sócio que se desliga, sem afetar a integridade do capital social e reservas.

#### Cláusula 32ª

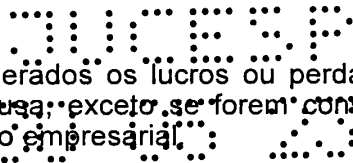
No prazo de trinta dias, será levantado o balanço da sociedade, cuja data-base é a da ocorrência do referido evento. Considera-se como data do evento, a data da notificação feita por sócio dissidente de alteração contratual; a data da morte do sócio; a data de requerimento do sócio retirante voluntário pelo fim da afeição societária; ou a data de qualquer outro evento que dê causa à apuração de haveres, como a data de sentença de execução de quotas, art. 1.026, da Lei nº 10.406, de 2002 ou data da incapacidade superveniente atestada por médico, ou sentença judicial ou a data em que tiver em mora o sócio que subscreveu e não integralizou as quotas do capital social.

#### Cláusula 33ª

O balanço a que se refere à cláusula anterior, será elaborado por contador regularmente habilitado, que deverá observar:

- a) valor de mercado para os bens do ativo circulante e a reavaliação a valor venal dos bens e dos direitos do ativo permanente;
- b) todos os ativos, e passivos ocultos, tais como base negativa para tributos, fundo empresarial ou aviamento, aquilutado pelo método holístico;
- c) os valores ilíquidos oriundos de incertezas por demandas judiciais ativas e passivas ou pela existência de títulos de realização duvidosa;





- d) não serão considerados os lucros ou perdas posteriores à ocorrência do evento que lhe dou causa, exceto se forem consequências diretas de atos de gestão tais como o fundo empresarial;
- e)

## CAPÍTULO VIII

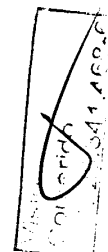
Demonstrações financeiras, contábeis e sociais, livros e destino do resultado.

### Cláusula 34ª

O exercício social coincidirá com o ano civil, desta forma terá início em 1º de janeiro e se encerrará em 31 de dezembro. Quando será apurado o inventário físico e financeiro dos bens, direitos e obrigações e as respectivas demonstrações financeiras, em conformidade com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade. A escrituração ficará a cargo de contabilista legalmente habilitado conforme art. 1.182, da Lei nº 10.406, de 2002, sendo os seus poderes conferidos por escrito pelos administradores, que terão a anuência expressa do profissional liberal e registrados em Atas da Administração, para efeitos da responsabilidade civil, conforme prescrevem os arts. 1.177 e 1.178, da Lei retro citada.

### Cláusula 35ª

Ficam instituídos como livros obrigatórios, além dos exigidos pelo Decreto nº 3.000, de 1999, pelo art. 100, da Lei nº 6.404, de 1976 quando cabível, pela legislação comercial, pela legislação previdenciária e trabalhista, pela legislação fiscal (municipal, estadual e federal).



### Cláusula 36ª

É facultado aos sócios reunirem-se a qualquer tempo com fim de distribuírem lucros, não sendo observada em referido procedimento a proporção de capital de que cada qual é titular. Do mesmo modo, eventuais prejuízos apurados serão suportados pelos sócios.

§ Único Em reunião anual, será decidido o destino dos lucros que não for durante o exercício, a participação nos lucros dos administradores bem como a constituição de reserva de lucros e sua reversão.

## CAPÍTULO IX

Transformação, cisão, incorporação, fusão e reorganização societária.

### Cláusula 37ª

A sociedade por deliberação dos sócios poderá:

- a) transformar-se em outro tipo social;
- b) incorporar outra sociedade ou ser incorporada;
- c) fundir-se com outra sociedade;
- d) cindir-se total ou parcialmente, vertendo seu patrimônio em outras sociedades, extinguindo-se se a versão for total, ou absorver patrimônio de sociedade cindida.

### Cláusula 38ª

Aos sócios dissidentes, fica assegurado o direito de retirarem-se da sociedade nos termos do art. 1.077 da Lei 10.406, de 2002, apurando-se os seus haveres através de balanço levantado especificamente para esse fim.

## CAPÍTULO X

Dissolução da sociedade

### Cláusula 39ª

A sociedade será dissolvida de pleno direito e consequentemente liquidada, observando a Cláusula Vigésima Segunda, nas hipóteses de:

- a) anulada a sua constituição;
- b) exaurido o fim social, ou verificado a sua inexecutabilidade;
- c) consenso unânime dos sócios;
- d) deliberação dos sócios por maioria absoluta;
- e) falta de pluralidade de sócios por prazo superior a cento e oitenta dias;
- f) determinação judicial.

#### Cláusula 40ª

Fica assegurada a possibilidade de continuidade da sociedade, em decorrência de sua função social, pela vontade de um ou mais sócios manifestados na mesma reunião de quotistas, se não houver impedimento legal, hipótese em que serão apurados e pagos os haveres dos demais quotistas mediante balanço apurado especificamente para essa finalidade.

#### Cláusula 41ª

Em todas as hipóteses de dissolução, a reunião por maioria societária, deverá eleger o liquidante, observado os termos do art. 1.102 e seguintes da Lei nº 10.406, de 2002, arbitrando os seus honorários e fixando data para o respectivo encerramento.

### CAPÍTULO XI Desimpedimento

#### Cláusula 42ª

Os sócios declaram para todos os efeitos legais, que não estão impedidos nos termos da Lei e do parágrafo quinto da Cláusula Décima Terceira deste contrato, de exercer a atividade que lhes compete neste instrumento, em virtude de condenação criminal qualquer tipo de impedimento legal.

### CAPÍTULO XII Disposições Gerais

#### Cláusula 43ª

Os endereços dos sócios, constantes neste instrumento, são válidos para o encaminhamento de convocações, cartas, avisos e demais comunicações, relativamente aos atos de seus interesses.

É de exclusiva responsabilidade dos sócios manterem seus atos cadastrais atualizados junto à sociedade, fazendo-o sempre de forma escrita.

#### Cláusula 44ª

Cessam-se, revogam-se, cancelam-se todas as cláusulas e condições contidas em seu primitivo instrumento particular arquivado e registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, bem como sua posterior alteração contratual, para prevalecem, estas contidas no presente instrumento, que os sócios RETIFICAM e RATIFICAM em todos os seus termos.

CONFERIDO  
21/07/2023

JUCESP

E por estarem em tudo, justos e contratados, na melhor forma de direito, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, elegendo o foro da Comarca de Americana, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento de alteração e consolidação do contrato social de sociedade empresária, para que produza todos os efeitos legais.

Americana, 12 de abril de 2023.

MARCIO JOSE  
CARDOSO  
DUARTE:23511189870

Assinado de forma digital por  
MARCIO JOSE CARDOSO  
DUARTE:23511189870  
Dados: 2023.05.23 11:10:31 -03'00'

MARCIO JOSÉ CARDOSO DUARTE

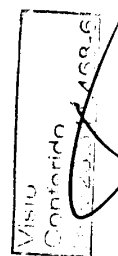
ELSON ANDRE  
SANTOS DAS  
NEVES:23472619830

Assinado digitalmente por ELSON ANDRE SANTOS DAS  
NEVES:23472619830  
ND: C=BR, O=CP-Brasil, OU=Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB, CN=RGF e CPF A1, OU=EM BRANCO, OU=036875000188, OU=VIDEOCONFERENCIA, OU=VALOR\*, CN=ELSON ANDRE SANTOS DAS NEVES:23472619830  
Razão: Eu concordo com os termos definidos por minha assinatura neste documento  
Localização: Americana - SP  
Data: 2023.05.22 15:46:05-03'00'  
Post PDF Reader Versão: 12.1.2

ELSON ANDRÉ SANTOS DAS NEVES

MARCIO JOSE  
CARDOSO  
DUARTE:23511189870

Assinado de forma digital por  
MARCIO JOSE CARDOSO  
DUARTE:23511189870  
Dados: 2023.05.23 11:10:54 -03'00'



DANIELA QUINTANEIRO ROSA  
Representada por Márcio José Cardoso Duarte

MARCIO JOSE  
CARDOSO  
DUARTE:23511189870

Assinado de forma digital por  
MARCIO JOSE CARDOSO  
DUARTE:23511189870  
Dados: 2023.05.23 11:11:08 -03'00'

JOSÉ ANTONIO FERREIRA DE ALMEIDA  
Representada por Márcio José Cardoso Duarte

MARCIO JOSE CARDOSO  
DUARTE:23511189870

Assinado de forma digital por MARCIO  
JOSE CARDOSO DUARTE:23511189870  
Dados: 2023.05.23 11:11:23 -03'00'

ALVARO MANUEL FERREIRA DA SILVA  
Representada por Márcio José Cardoso Duarte

MARCIO JOSE CARDOSO  
DUARTE:23511189870

Assinado de forma digital por MARCIO  
JOSE CARDOSO DUARTE:23511189870  
Dados: 2023.05.23 11:11:38 -03'00'

LUIS CARLOS DA SILVA MOTA  
Representada por Márcio José Cardoso Duarte

MARCIO JOSE CARDOSO  
DUARTE:23511189870

Assinado de forma digital por MARCIO  
JOSE CARDOSO DUARTE:23511189870  
Dados: 2023.05.23 11:11:53 -03'00'

RAMALHOS S/A  
Representada por Márcio José Cardoso Duarte

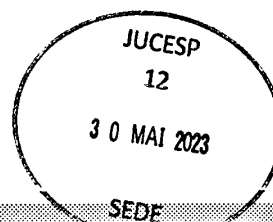
### Testemunhas

1. GILSON  
SANTOLERI:4  
5891842904

Assinado de forma  
digital por GILSON  
SANTOLERI:45891842904  
Dados: 2023.05.24  
09:49:11 -03'00'

2. GERSON  
SANTOLERI:3  
8319543991

Assinado de forma digital  
por GERSON  
SANTOLERI:38319543991  
Dados: 2023.05.24  
09:49:41 -03'00'



JUCESP

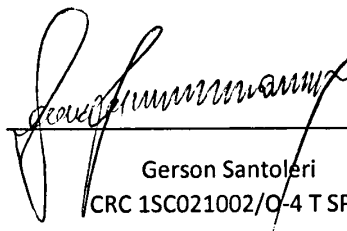
JUCESP  
ANEXO  
DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Gerson Santoleri, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Técnico em Contabilidade, com inscrição ativa no Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo, SP, sob o número 1SC021002/O-4 T SP, expedida em 06/11/2007, portador da carteira de identidade nº 693038 SESP-SC, inscrito no CPF nº 383.195.439-91, residente e domiciliado na Rua Utah, nº 436, Jardim Flórida, Jacareí, SP, **DECLARO**, sob as penas da lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que o documento alistado abaixo é autêntico e condiz com o documento original, assim como são autênticas também as assinaturas apostas no mesmo.

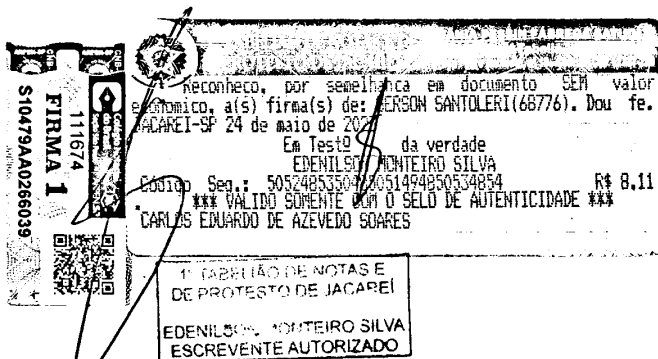
Documentos apresentados:

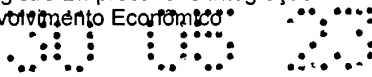
1. Alteração/Consolidação do Contrato Social da Empresa Ramalhos Brasil Comércio de Máquinas Ltda., CNPJ 15.130.606/0001-19, de 12/04/2023, em 03 (três) vias.

Jacareí, 12 de abril de 2023

  
Gerson Santoleri  
CRC 1SC021002/O-4 T SP

1º TARELIÃO  
JACAREÍ





## Declaração

Eu, MARCIO JOSÉ CARDOSO DUARTE, portador da Cédula de Identidade nº RNE nº V837029-Q, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob nº 235.111.898-70, na qualidade de titular, sócio ou responsável legal da empresa RAMALHOS BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS LTDA, **DECLARO** estar ciente que o **ESTABELECIMENTO** situado no(a) Avenida Bandeirantes, 2305, SL. 3 L. 1, Jardim da Colina, SP, Americana, CEP 13478-294, para exercer suas atividades regularmente, **DEVERÁ OBTER** parecer municipal sobre a viabilidade de instalação e funcionamento no local indicado, conforme diretrizes estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo, posturas municipais e restrições das áreas de proteção ambiental, nos termos do art. 24, §2º, do Decreto Estadual nº 56.660/2010, bem como **CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO VÁLIDO**, obtido pelo sistema Via Rápida Empresa – Módulo de Licenciamento Estadual.

Declaro ainda estar ciente que qualquer alteração no endereço do estabelecimento, em sua atividade ou grupo de atividades, ou qualquer outra das condições determinantes à expedição do Certificado de Licenciamento Integrado, implica na perda de sua validade, assumindo, desde o momento da alteração, a obrigação de renová-lo.

Por fim, declaro estar ciente que a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado poderá ser solicitada por representante legal devidamente habilitado, presencialmente e no ato da retirada das certidões relativas ao registro empresarial na Prefeitura, ou pelo titular, sócio, ou contabilista vinculado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) diretamente no site da Jucesp, através do módulo de licenciamento, mediante uso da respectiva certificação digital.

MARCIO JOSÉ CARDOSO DUARTE

RG: RNE nº V837029-Q

RAMALHOS BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS LTDA





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

## PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado de São Paulo

PROTOCOLO REDESIM  
SPP2330449169

### 01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)

RAMALHOS BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS LTDA

Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ

15.130.606/0003-80

### 02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

211 Alteracao de endereco dentro do mesmo municipio

DEFERIDO DBE

Número de Controle: SP50905813 - 15130606000380

### 03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

NOME

MARCIO JOSE CARDOSO DUARTE

CPF

235.111.898-70

LOCAL

DATA

11/05/2023

### 04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL

Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 235.111.898-70

Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

